

## DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO E A NOVA REALIDADE DOCENTE

Damião de Lima<sup>1</sup>

Esse texto compõe um trabalho de maior envergadura do grupo de estudos e pesquisa sobre ensino de história na UFPB. O grupo conta com professores e alunos de graduação e mestrado do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e do Centro de Educação. Destarte, o que será exposto, nesse momento, é a primeira parte do diagnóstico, ou seja, a descrição das mudanças vivenciadas no mundo educacional brasileiro após o regime militar e que ganha força com a ascensão e permanência do Partido dos Trabalhadores ao poder.

Até os anos 1970, apenas as setores dominantes e as camadas médias tinham acesso à educação de forma continuada. As camadas populares, da cidade e do campo, quando muito, conseguiam que seus filhos acessassem as primeiras letras e os cálculos mais elementares, não passando, na imensa maioria, do desenho do nome e de duas ou três das quatro operações matemáticas.

A escola, então, se constituía em espaço para pessoas com alguma posse, que sabiam o que queriam dela, que eram filhos e netos de pessoas que, se não tiveram acesso à educação, percebiam o valor da aquisição do conhecimento e repassavam esses valores e esse entendimento no seio familiar. E esse é um novo elemento que carece de análise. A família tida como basilar para o bom andamento do aprendizado e lastro para respaldar as ações educacionais da escola e, principalmente do professor, assim como toda a sociedade brasileira, passou por profundas mudanças nas duas últimas décadas que marcaram a virada do milênio. É nesse contexto de mudanças que nossa análise será desenvolvida.

### TRAJETÓRIA DE ATORES E CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO

A organização familiar brasileira nas camadas mais abastadas e médias, público este que frequentava a escola até os anos 70 do século passado, manteve-se inalterada por muito tempo. Ao homem cabia o papel de provedor e à mulher o papel de manter a

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba.

harmonia do lar e educar os filhos dentro dos padrões religiosos e dos “bons costumes”. Esse quadro também passa por mudanças à medida que as cidades crescem, e, que os elementos da modernidade, leia-se sociedade de consumo, são postos ou expostos criando novas necessidades e as pressões sobre a família aumentam. Acrescente-se a esse quadro, a forte pressão exercida sobre esse mundo urbano e educacional posta com o grande acréscimo de novos moradores que chegam as cidades sonhando com as “vantagens” ofertadas e, na visão deles, disponíveis no mundo urbano.

Entre as décadas de 1940 e 1970 do século passado, ocorreu, no Brasil, a maior e mais rápida transição demográfica da humanidade. Nesse curtíssimo espaço de tempo ocorre uma verdadeira “transumância” do campo em direção às cidades. Obviamente, que esse deslocamento, da forma rápida e desordenada como se deu, irá afetar toda a sociedade e trará reflexos para o mundo da educação.

Novo público, novas necessidades, novas reivindicações e velha infraestrutura. O resultado não poderia ser outro, pressão social, econômica e política e mudanças culturais. Alie-se a esse cenário, um governo autoritário e sem representatividade social, um modelo de desenvolvimento esgotado, uma dívida interna e externa, tidas como impagáveis e em ascensão e um crescente movimento social e político de contestação a toda essa situação. Tínhamos, efetivamente, um quadro “dantesco” de crise.

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 será turbulento e nesse período ocorrerão inúmeras modificações na economia, na política, na sociedade e na cultura brasileira. Velhos padrões serão questionados e uma nova forma de convivência social ou um novo pacto social passa, lentamente, a ser construído.

Os anos 80 foram marcados por profundas mudanças no cenário político, social e econômico do país, com fortes repercussões na educação. O cenário de abertura política com o enfraquecimento do governo ditatorial militar levou a sociedade a questionar toda forma de autoritarismo.

Assim, termos como democracia e cidadania ganharam espaço nas discussões em todos os segmentos sociais e políticos e passaram a ser o grande objetivo dos segmentos sociais envolvidos no combate a ditadura. Esses setores ganharam força e por fim em meados dos anos 1980 puseram fim a um regime discricionário que havia ficado no poder por 20 anos.

O fim da ditadura expôs um novo cenário social, a sociedade nos vinte anos de governo militar havia se tornado bem mais complexa, as cidades cresceram com a consolidação da transição demográfica e como esse crescimento urbano não foi planejado, junto com ele, agravaram-se todos os problemas infraestruturais já existentes nas grandes cidades e nunca resolvidos. O pacto político celebrado pelas elites para por fim ao regime militar e instituir um governo civil, denominado de nova república, falhou miseravelmente e, assim, no final dos anos 80 a sociedade clamava por mudanças, era preciso fazer um contraponto a ditadura arcaica e um novo projeto de modernidade precisava ser apresentado, sob pena de enfrentarmos uma convulsão social.

Vivenciávamos um cenário de grande mobilização e discussão sobre os rumos que o país deveria tomar. Com inúmeros problemas de infraestrutura e com uma demanda reprimida pelas “benesses” da modernidade para a imensa maioria da população, agora na condição de agente político ativo, os anseios da sociedade por mudanças necessitavam de um desaguadouro. Era impossível a manutenção daquela situação sem que se apresentasse um rumo, uma nova direção. A eleição de um novo Presidente da República, em eleição direta, foi a síntese desse anseio por mudanças. Foi eleito o candidato que, teoricamente, representava a modernidade, era a negação da velha ditadura e ainda se colocava como representante dos descamisados e pés descalços. A mídia “vendeu” essa imagem e o povo acreditou.

Em pouco tempo, a farsa foi exposta, as mobilizações foram retomadas e o Presidente deposto. O vice-presidente ao assumir o poder tratou de organizar as finanças e respondeu imediatamente aos setores mobilizados lançando um plano de combate à inflação. O plano real tinha entre outras metas a garantia de inserção da população pobre a um direito elementar, da modernidade, o consumo. Mesmo que para essa população o consumo se restringisse a alguns itens da sexta básica, com destaque para o frango.

Essa política de combate a inflação e de inserção de alguns setores sociais em maior ou menor grau ao consumo de produtos antes restritos as camadas dominantes, acabou por eleger e reeleger o principal ministro do governo Itamar. Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso foram importantes para alavancar essa política de inclusão social que ora vivenciamos. No entanto, a necessidade de aprofundar as mudanças e gerar mais inclusão levou a maioria do povo brasileiro a fazer a experiência de eleger alguém oriundo das lutas contra a ditadura e identificado com em si para si com as camadas populares. Em síntese, a eleição de Luis Inácio Lula da Silva representou o anseio da população por mais inserção social.

As políticas de inserção ou de compensação social iniciadas com Fernando Henrique e aprofundadas no governo Lula, são compostas por diversos projetos e programas e atingem os diversos segmentos sociais apresentando avanços e limites importantes que podem ser caracterizados em cada setor. No entanto, nos deteremos a analisar o setor educacional.

## A CONJUNTURA DO ESPETÁCULO

O fim da ditadura militar no Brasil, após 20 anos no poder, trouxe em seu bojo a possibilidade de inserção de novos setores sociais aos benefícios da modernização. Embora pareça arcaico falar em modernização em plenos anos 80 do século passado, quando nos meios intelectuais e acadêmicos já se discutia a pós-modernidade, para a maioria do povo brasileiro o sonho continuava ser o acesso aos benefícios da modernidade, entre esses benefícios, a educação.

A educação no Brasil até meados dos anos 80 do século passado continuava sendo privilégio de poucos, entre esses, as camadas mais abastadas da sociedade e alguns setores médios. Com isso, a realidade educacional tinha um universo, um sentido e um objetivo muito bem definido, qual seja o de formar mão de obra qualificada e letrada para dar corpo e alma ao processo de modernização, via industrialização do país.

Essa realidade da educação passou por profundas mudanças nos últimos anos e um novo universo está se configurando. A grande questão que se coloca nesse momento é o grau de compreensão e de intervenção dos velhos e novos profissionais da educação nesse novo cenário. Sinto, sinceramente, que não dimensionamos a mudança e nos sentimos perdidos diante do quadro novo.

Diante do exposto, vamos aqui levantar algumas questões para darmos início ao debate. Durante essa exposição, alguns tópicos serão comentados e outros serão tão somente vislumbrados *an passant* dada à profundidade e o grau de transformações em curso. Vamos então as questões:

Como exposto, a educação brasileira até a década de 1980 tinha público, metas e objetivos definidos. Com exceção dos cursos profissionalizantes ofertados pelas instituições vinculadas a indústria e ao comércio, no caso SENAI e SESC e as conhecidas Escolas Normais, de formação de professoras para o magistério, a imensa maioria dos estudantes brasileiros cursava o ensino fundamental e médio com um único objetivo, ser aprovado no vestibular e adentrar a Universidade. Nesta última, seriam preparados para exercer uma carreira profissional.

A origem social desses estudantes era diversa e a educação se constituía em uma grande peneira ou em grande funil com relativa abertura na entrada e apertadíssima saída. Destarte, a educação se constituía em elemento de diferenciação social e de status para alunos e professores, à medida que iam se distanciando das dificuldades dos anos iniciais de ensino. Mesmo assim, o professor dos anos iniciais era visto com respeito porque representava o primeiro degrau no caminho do “Olimpo” que era a educação superior.

No caminho, rumo à educação superior, muitos iam ficando e só poucos iluminados conseguiam alcançar a tão sonhada universidade. Obviamente, que inúmeros eram os obstáculos, mas, entre eles, destaca-se a necessidade do labor, a faina diária. Sem dúvida, esse elemento era preponderante no abandono da trilha e no interromper da caminhada. Destarte, o fator econômico, em última instância, parafraseando Karl Marx, acabava prevalecendo e o “funil” do ensino superior selecionava e classificava os “eleitos” também pelo critério econômico. Embora o discurso sempre fora, e continua sendo, baseado na meritocracia.

Com isso podemos afirmar que à medida que a necessidade de mais tempo e dedicação aos estudos iam sendo necessários, as pessoas de camadas menos abastadas da sociedade, que necessitavam trabalhar para sobreviver, iam abandonando os estudos, ficando apenas setores das camadas dominantes e alguns abnegados das camadas médias, cujos pais se sacrificavam para mantê-los nas escolas e posteriormente na Universidade.

## O CENÁRIO SOCIAL, POLÍTICO E EDUCACIONAL.

Na última década do século passado, ainda no governo FHC, foram dados os primeiros passos objetivando o incremento de mudanças que proporcionasse a inserção de novas camadas sociais aos benefícios da educação, bem como, a necessidade de adaptar a educação a esse novo cenário social, político e econômico vivenciado pelo país.

Em 1996, na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação foram propostas mudanças no sentido de adaptar a educação ao novo momento. Está exposta, na nova LDB, a necessidade urgente de se repensar a educação no país de modo que o estudante fosse preparado para agir em um mundo em transformação e diante de uma realidade em constante mudança, proporcionado, principalmente, pela terceira revolução industrial. Revolução esta, que iria por de ponta cabeça o mundo das informações e,

consequentemente, exigir uma nova postura de todos os agentes envolvidos com educação. É importante destacar que esse cenário de transformação radical não era uma característica apenas do Brasil. Trata-se de um fenômeno mundial. No caso do Brasil, urgia a discussão pelo fato dessa verdadeira revolução tecnológica vir acompanhada de um processo de inserção de novas camadas sociais no cenário social político e econômico.

Adentramos então, no novo milênio, com um desafio enorme, qual seja, preparar para um “novo” mundo, para a realidade virtual, para o entendimento de bits e bytes, para agir na realidade virtual, um contingente enorme da população que não tinha nenhuma familiaridade com o conhecimento mais básico da humanidade, exposto no mundo da escrita no papel e que pouca ou nenhuma crítica tinha da realidade real, cotidiana.

Assim, sem nenhuma discussão com os agentes diretos envolvidos no processo, repetiu-se, mais uma vez na história do nosso país, a transferência de responsabilidades sobre ações sem planejamento. Dessa feita, as “vítimas” serão os professores e, em última instância, os alunos.

## A ESCOLA É UMA “TORRE DE BABEL”

A ascensão do partido dos trabalhadores ao poder, no início do novo milênio, e uma série de políticas visando à inclusão social acelerou o processo de democratização do ensino em todos os níveis, desde o ensino fundamental até o ensino superior. São inúmeros os projetos que ampliaram as possibilidades de acesso à educação e alguns deles, até “obrigam” as camadas menos favorecidas a levar os seus filhos à escola.

Nenhum professor, em sua consciência, pode ser contrário a chegada de novos alunos à escola. Qualquer pessoa com um mínimo de compromisso social louva essas políticas inclusivas. No entanto, o que ninguém questiona e tem se tornado um problema é a preparação das pessoas envolvidas no processo educacional para lidar com esse novo público e essa nova realidade nacional e mundial.

O processo de transformação vivenciado internamente pela sociedade brasileira, aliado ao processo de transformação no mundo real e virtual, não foi absorvido pela escola e seus agentes. Tudo ocorreu de forma muito acelerada e, no nosso caso, como sempre, sem discussão capaz de aprofundar o conhecimento sobre a nova realidade.

Destarte, estamos vivenciando um cenário confuso onde os currículos escolares não conseguem acompanhar as mudanças ocorridas no campo documental dos governos. Os documentos, leis, decretos, parâmetros e orientações curriculares acumulam-se nas secretarias de educação e inspetorias de ensino sem nenhuma vinculação com o cotidiano escolar, com a dura e arcaica realidade da sala de aula. E esse descompasso ocorre em todos os níveis de ensino.

Como resultado, temos um professor utilizando uma metodologia retrógrada e se esforçando para passar um conhecimento petrificado, que foi útil no passado, mas que na atualidade estão totalmente obsoletos. E, por outro lado, um alunado que "vive" em um mundo virtual, sem nenhuma vinculação com a realidade, um mundo sem história.

Esse cenário agrava-se quando o assunto é o ensino de história. Nessa área do conhecimento as "viagens" entre passado e presente são fundamentais para o bom desempenho do processo de ensino aprendizagem. Assim, todos os dias, o professor dessa disciplina defronta-se com os dilemas que se seguem: Como dar um sentido ao conhecimento nesse cenário de mudanças tão rápidas? Como relacionar o presente e o passado para um público que não tem noção de passado e vive um presente fluido e artificial? Como posicionar-se em um cenário de mudanças e transformações tão profundas?

Sem respostas para tais questões, resta ao professor apegar-se ao passado e repetir os conteúdos, contando os dias para uma aposentadoria miserável e longínqua ou sonhando com uma fuga para os cargos burocráticos ou uma morte rápida que os livrem dos "tormentos" que se tornaram as salas de aula.

Na outra extremidade temos os alunos, apêndices de computadores, na vã ilusão de que fazem parte de algo maior ao participarem das chamadas redes sociais. Ali mesmo, bombardeados por futilidades e eternamente carentes de produtos, expostos à exaustão e apresentados como "vitais" pela grande mídia. Quando são "obrigados" a tirar os olhos sonolentos e cansados da tela e olham para a escola e para o professor não reconhecem nesta ou naquele qualquer atrativo, utilidade ou vinculação com o "seu" mundo.

## CAI O PANO

É esta a realidade da nossa educação e é sobre ela que teremos que nos debruçar para encontrar um caminho e resgatar o papel da educação criativa, envolvente e

formadora de seres críticos e conscientes do seu papel. O desafio não é pequeno e não pode e nem deve ser encarado de forma “quixotesca”.

É essencial que algumas questões que estão adormecidas, nesse cenário de descompromisso e de ditadura do imediato, sejam recolocadas. É fundamental discutirmos o futuro do Brasil nesse novo cenário internacional. Elaboramos um projeto de país que contemple toda a sociedade, de forma que a inclusão não fique restrita ao consumismo desenfreado e irresponsável. Tendo uma ideia do que queremos construir como nação, poderemos iniciar o debate com toda a sociedade para chegarmos a alguns pontos comuns relativos a educação necessária para alavancar esse novo projeto.

Sem esse propósito definido, qualquer medida no campo educacional estará fadada a ter o mesmo destino dos diversos documentos produzidos até agora. Ou seja, ficarão restritas as burocracias estatais, sem repercussão nas escolas e o mais preocupante, sem modificar o quadro caótico que hoje vivenciamos. A grande questão posta nesse momento é: Por onde começar ou por onde recomeçar?

Como a experiência de modificações de cima para baixo, ao longo da nossa história, tem sido desastrosa, podemos aproveitar e tentar uma nova fórmula, qual seja, iniciar a reformulação da educação a partir da escola, seja ela de ensino fundamental, médio ou superior e se for possível articular os agentes dos três níveis de ensino, a experiência poderá tornar-se revolucionária.

Temos a vantagem de não precisarmos criar uma nova legislação. As tentativas governamentais para “adaptar” a educação ao novo cenário nos legou algo extremamente positivo, a possibilidade de flexibilização dos currículos e práticas educacionais em cada estado, município ou mesmo escola. Com isso, sem uma legislação rígida engessando as ações educacionais, fica mais fácil realizar experiências e tentar interseção entre uma realidade em constante mutação e uma educação que capacite as pessoas a atuar sobre esse mundo mutável de forma a resgatar o papel do indivíduo como agente de transformação tornando agente e construtor de sua própria história, resgatando a própria autoestima sua e de sua comunidade e escapando ao cruel destino de ser apenas um ser amorfo vinculado a um mundo virtual através de necessidades inventadas e com a vida dependendo de fios e pulsos elétricos. Fazer essa metamorfose é o principal desafio posto para o nosso Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de História e que, aproveitando a oportunidade, estendemos a Vossas Senhorias.



# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

## BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ALVES, Marcedonia Oliveira (Org.). **Construindo Saberes: práticas pedagógicas em sala de aula.** João Pessoa, Ed. JRC, 2010.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** Petrópolis: Vozes / UNIJUÍ, 1998.

DEAK, Csaba. SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O Processo de Urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999.

FONSECA, Selva Guimarães (Org.). **Ensinar e Aprender História: formação, saberes e práticas educativas.** Campinas, SP: Ed. Alínea, 2009.

GONÇALVES, Maria Flora, et al. **Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões – O Desafio Urbano Regional.** São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

PACHECO, Carlos Américo, PATARRA, Neide (org.) et al. **Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil.** Campinas: UNICAMP, IE, 2000.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e docência.** 7ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PINSKY, Carla Bassanery.; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar;** Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2009.